

Relatório de **Impacto**

2025



Sumário

01

25 anos
de TB

02

Qualidade do
gasto público

03

Accountability
do Estado

04

Acesso a
informação

05

Governança
e tecnologia

06

Transparência
partidária

07

Comunicação

08

Prestação
de contas

09

A TB em
2025

10

Associados
e doadores

11

Parceiros

12

Financiadores

TRANSPARÊNCIA
BRASIL

25
ANOS

Com o marco de um quarto de século de atuação da Transparência Brasil, 2025 foi **dedicado a refletir sobre o passado,** celebrar o presente e planejar o futuro, reafirmando nosso longo compromisso de fortalecer a democracia.

Comemoramos nosso aniversário de 25 anos junto de conselheiros, parceiros e apoiadores de longa data, em um encontro dedicado a revisitar conquistas e a homenagear quem é parte da história da organização.

Ao olhar para essa trajetória, publicamos reportagens especiais que revisitam o protagonismo da organização, como o seu papel fundamental na aprovação da Lei de

Acesso a Informação, e narram suas iniciativas pioneiras - sendo os principais exemplos a construção e divulgação de dados de políticos eleitos e o primeiro mapeamento de IAs no setor público.

Já no balanço institucional deste relatório, os resultados exemplificam que seguimos pautando o debate público e mudanças nas instituições.

Em 2025, contribuímos com avanços na transparência e rastreabilidade de emendas parlamentares, na contenção dos supersalários no sistema de Justiça e na qualidade das contratações públicas de medicamentos, além de outras conquistas descritas.

Reconhecer o que fizemos até aqui foi crucial para estabelecer a integridade e accountability da Justiça como agenda central da TB na defesa da democracia.

Mirando o futuro, incorporamos a nova área temática de Transparência Partidária e lançamos um novo site, com estrutura modernizada para dar mais clareza e alcance ao diálogo com a sociedade.



Qualidade do gasto público

Propomos melhorias na eficiência e qualidade dos gastos por meio de análises de dados do orçamento público, emendas parlamentares e contratos públicos com o objetivo de melhorar a rastreabilidade de fundos e avaliar a execução de diferentes políticas públicas.



Transparência e rastreabilidade das **emendas parlamentares**

Em mais um ano, **pautamos o debate público e as decisões do Supremo Tribunal Federal** de fiscalização sobre os recursos.

- ✓ Revelamos emendas de comissão e bancada “paralelas”, que se misturam aos gastos do governo federal;
- ✓ Denunciamos ao STF a opacidade das emendas “de liderança” e acordos de repartição dos recursos entre partidos;
- ✓ Identificamos o descumprimento por subnacionais da prestação de contas exigida pela LDO 2024;
- ✓ Identificamos problemas na regulamentação e execução de emendas.

Aprimoramento de **contratações públicas** municipais

Em parceria com a Open Contracting Partnership, oferecemos mentoria de 12 semanas a Curitiba (PR), Niterói (RJ) e Mogi das Cruzes (SP) com foco em boas práticas de contratação pública, transparência e dados abertos.

Combinamos formação em decisões baseada em dados, troca de experiências e assistência técnica. Assim, auxiliamos e orientamos no diagnóstico de desafios em dados abertos e engajamento de fornecedores.

O programa compõe a iniciativa What Works Cities, promovida pela Bloomberg Philanthropies.

Eficiência e eficácia na **contratação pública de medicamentos**

No segundo ano do projeto [Medicamentos Transparentes](#), nosso foco foi transformar os dados do Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) em informação utilizável por gestores na comparação de preços de remédios.

A iniciativa é uma parceria com OCP, Ministério da Gestão e Inovação (MGI) e Controladoria-Geral da União.

- ✔ Lançamos a [Cesta de Preços](#), ferramenta gratuita para pesquisa e comparação de valores de medicamentos públicos no país;
- ✔ Desenvolvemos metodologia de coleta e padronização de dados do PNCP no formato internacional OCDS;

- ✔ Elaboramos e disseminamos o [Guia de Aquisição de Medicamentos](#) com padrões descritivos e boas práticas para gestores e agentes de compras;
- ✔ Diagnosticamos que a [qualidade dos dados do PNCP](#) descumpre exigências da NNova Lei de Licitações e Contratos;
- ✔ Propusemos melhorias no PNCP, que se alinharam [aos interesses do MGI](#) de promover eficiência nas compras públicas.



Impacto

1

Por efeito da nossa incidência conjunta com parceiras nas ações sobre emendas no STF:

1. Regras de transparência e rastreabilidade para emendas **se estendem para** estados e municípios;
2. A Polícia Federal **iniciou ou retomou investigações** sobre irregularidades em emendas reveladas pela imprensa;
3. Valores pagos e relação de profissionais da Saúde remunerados com emendas coletivas devem ser publicizados mensalmente

2

Municípios mentorados pela TB **construíram planos de ação** no uso de dados para aumentar a participação local em contratações públicas

3

A Cesta de Preços de Medicamentos é a **primeira iniciativa do país** a implementar e disponibilizar dados abertos no padrão internacional OCDS; ganhamos o **4º lugar** no 1º Concurso de Reúso de Dados Abertos da CGU com a ferramenta

4

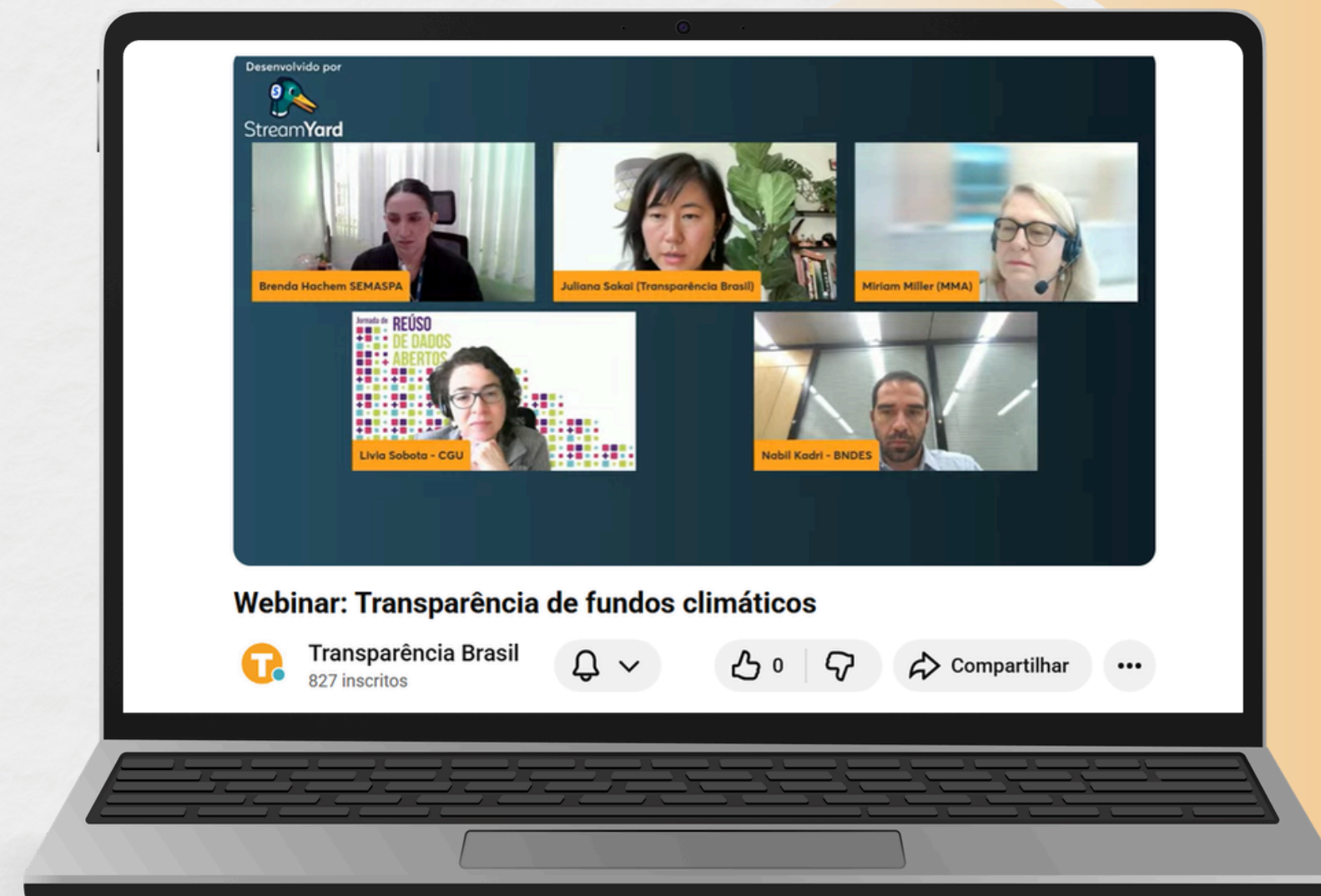
Com o apoio da TB, o Ministério da Gestão e Inovação **adotou o padrão OCDS** no maior sistema de compras públicas do país, o **Compras.gov.br**

5

Contribuímos com debates **nacionais e internacionais**, como a Cúpula da Open Government Partnership na Espanha

Produção de conhecimento

- **4 relatórios** publicados
- **4 manifestações** técnicas apresentadas ao STF
- **Workshop** sobre qualidade de dados de compras públicas para gestores
- **Webinário** com representantes representantes do BNDES, CGU, Ministério do Meio Ambiente e do Governo do Pará em debate inédito acerca da interoperabilidade de dados de fundos climáticos



Na **mídia:**



[O Globo](#)



[Nexo](#)



[Congresso em Foco](#)

Em números:

10 mil acessos na Cesta de Preços de Medicamentos

803 menções em matérias jornalísticas

11 participações em reuniões e eventos

Accountability do Estado

Propomos ações e redesenhos institucionais para que o estado, e em especial a Justiça, tenha uma atuação voltada ao interesse público e a prestação de contas com a sociedade.



Monitoramento de remunerações do sistema de Justiça e **combate a supersalários**

Em mais um ano de trabalho do [DadosJusBr](#), trabalhamos para reduzir a opacidade sobre “penduricalhos” e seus impactos no orçamento público.

Para avançar na padronização de benefícios usados para driblar o teto constitucional, firmamos [parceria com a República.org](#).

- ✔ Desenvolvemos e publicizamos uma [base pioneira](#) que uniformiza 3,3 mil nomenclaturas de verbas em 60 categorias;
- ✔ Lançamos uma [extensão do ChatGPT](#) para consulta à nossa base de dados;

- ✔ No Judiciário, identificamos que o PL dos Supersalários (2.721/2021) [amplia privilégios](#) e turbina gastos e [atuamos](#) em rede contra sua aprovação;
- ✔ No Ministério Público, [ampliamos a coleta](#) das remunerações para 29 órgãos e denunciemos a [omissão de nomes em contracheques](#);
- ✔ Expandimos o monitoramento para a Advocacia-Geral da República em parceria com o Movimento Pessoas à Frente, e diagnosticamos, de maneira inédita, [gastos bilionários com honorários](#).



Fortalecer a transparência para **garantir acesso à justiça**

Na finalização da primeira etapa do projeto Mais Defensoria, atuamos para qualificar a transparência ativa e a produção de indicadores sobre o atendimento prestado pelas defensorias públicas.

Em 2026 avançaremos com a segunda etapa do projeto, focada na aplicação dos indicadores elaborados pelas DPs.

✔ Lançamos o Checklist de Transparência Ativa e um modelo padrão de Indicadores de Atendimento para apoiar a coleta e divulgação de métricas comparáveis entre as defensorias;

✔ Difundimos a proposta no Colégio Nacional dos Defensores Gerais e em veículo especializado;

✔ Diagnosticamos limitações estruturais das ouvidorias das DPs e colhemos feedback com o Conselho Nacional de Ouvidorias Externas, que fundamentaram um guia de transparência ativa;

✔ Criamos a parceria Defensorias Abertas com a Ouvidoria da DP-SP, por meio da qual desenvolvemos relatório focado em transparência centrada na visão do usuário que busca atendimento.



Fiscalização dos poderes e defesa de mecanismos de responsabilização

Monitoramos e reagimos, em articulação em rede, a iniciativas que podem fragilizar instrumentos de combate à corrupção e impor barreiras ao controle social e à transparência.

- ✔ Alertamos para os riscos das mudanças que fragilizaram a [Lei da Ficha Limpa](#) e o “[Pacote da Blindagem](#)” na responsabilização de altas autoridades e no avanço de investigações sobre desvios de emendas parlamentares;
- ✔ Denunciamos ao Tribunal de Contas da União a criação da licença-compensatória no Senado Federal e [expusemos o arquivamento](#) do caso em contrariedade ao parecer técnico do órgão.



Impacto

1

Presidente Lula sancionou a Lei 15.1354/2025 com veto a dois dispositivos **denunciados** por potencial limitador à transparência das remunerações do sistema de Justiça

2

LDO 2025 veta exigência de cadastro ou identificação do usuário em portais da transparência para acesso a remunerações de servidores públicos

3

Usuários fizeram mais de 100 conversas com a extensão do DadosJusBr no ChatGPT

4

Nossos estudos sobre remunerações do sistema de Justiça embasaram relatório final do GT de Reforma Administrativa na Câmara dos Deputados

5

Jornal ConexãoMT utilizou a base do DadosJusBr no desenvolvimento de **uma plataforma** para consulta detalhada de remunerações do Tribunal de Justiça do Mato Grosso

6

Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União **pediu investigação** sobre possível descumprimento do teto constitucional pela AGU

7

Apresentamos a diversos setores internos da DP-SP o relatório desenvolvido na parceria Defensorias Abertas;

Produção de **conhecimento**

➤ **9 relatórios** publicados

Em **números:**

860 menções

em matérias jornalísticas

9 participações

em reuniões e eventos



Na **mídia:**



[Estadão](#)



[O Globo](#)



[Folha de S.Paulo](#)

Acesso a informação

Defendemos a transparência pública por meio da efetiva implementação da Lei de Acesso a Informação em todas as esferas e poderes. Fiscalizamos a aplicação indevida de sigilos, inclusive os frutos de interpretações equivocadas da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.

Defender o direito de acesso a informação e **evitar retrocessos na LAI**

Atuamos em articulação com outras organizações para conter iniciativas que poderiam restringir o acesso a dados de interesse público e fragilizar a Lei de Acesso à Informação (LAI).

- ✔ Incidimos na Casa Civil **para barrar o envio** ao Congresso Nacional de um PL para alteração da LAI, o que colocaria a legislação sob grande risco de retrocessos;
- ✔ Alertamos o STF sobre a restrição de acesso a documentos relativos à execução de emendas parlamentares na plataforma Transferegov, que ocorria desde 2024;
- ✔ **Atuamos contra proposta** do Conselho Nacional do Ministério Público de limitar em cinco anos o acesso a dados públicos.



Impacto

1

Retomada do acesso a **mais de 16 milhões de documentos** de prestação de contas sobre emendas parlamentares no Transferegov

2

Prefeitura de Petrópolis (RJ) adotou o sistema Fala.br e reformulou seu portal de transparência para **solucionar descumprimento da LAI** denunciados pela TB e Abraji ao MP-RJ

Em números:

119 menções

em matérias jornalísticas

4 participações

em reuniões e eventos

Na mídia:  [Estadão](#)  [Folha de S.Paulo](#)

Governança e tecnologia

Atuamos pela garantia de transparência e conformidade com normas de proteção de dados e direitos humanos em contratações e no uso de tecnologias pelo setor público, como Inteligência Artificial e sistemas de vigilância.

Garantir a **regulação de IA** e fortalecer a **governança de dados**

Buscamos fortalecer a transparência e a proteção de direitos na governança de dados e tecnologias e na regulação de inteligência artificial.

- ✔ Entramos para a rede global da UNESCO sobre ética em IA;
- ✔ Nos articulamos em rede para garantir diversidade de participação e de contribuições ao **PL de IA** e barrar retrocessos nas regras para o uso de ferramentas de reconhecimento facial e biométrico;
- ✔ **Propusemos** critérios específicos de transparência sobre o compartilhamento de dados de bases públicas ao regulamento da ANPD;
- ✔ Defendemos regras para o compartilhamento de dados coletados em atividades de segurança pública, defesa estatal e persecução penal;

Produção de **conhecimento**

➤ **1 análise** sobre regulamentação apresentada

Em **números:**

3 participações

em reuniões e eventos

Transparência **partidária**

Junto à celebração dos nossos 25 anos de história, anunciamos a **incorporação do Movimento Transparência Partidária** como uma de nossas áreas de atuação.

A decisão de tornar o Movimento Transparência Partidária uma área da TB parte do **alinhamento de objetivos com a iniciativa**, fundada em 2017 pelo conselheiro da organização Marcelo Issa, de promover transparência, integridade, diversidade e democracia no sistema partidário.

A TB já possui expertise no diagnóstico e incidência nas instituições por transparência e integridade do sistema partidário e eleitoral, bem como monitoramento contra retrocessos.

Os trabalhos do programa Transparência Partidária na TB serão viabilizados por um apoio de três anos do Galo da Manhã.

Trabalharemos com levantamento de dados, produção de análises sobre os partidos brasileiros e incidência junto às instituições.



Agora, o foco será fortalecer o controle social e aprimorar o desenho institucional que rege a prestação de contas partidária.

Avançaremos combinando a preservação conquistas e produção de evidências sobre a governança dos partidos, agentes fundamentais na disputa político-eleitoral.

“ Acreditamos que aprofundar essa atuação é fundamental para garantir o efetivo **direito à participação política**, além do bom uso dos recursos públicos bilionários alocados para partidos e eleições.

Juliana Sakai, diretora executiva.



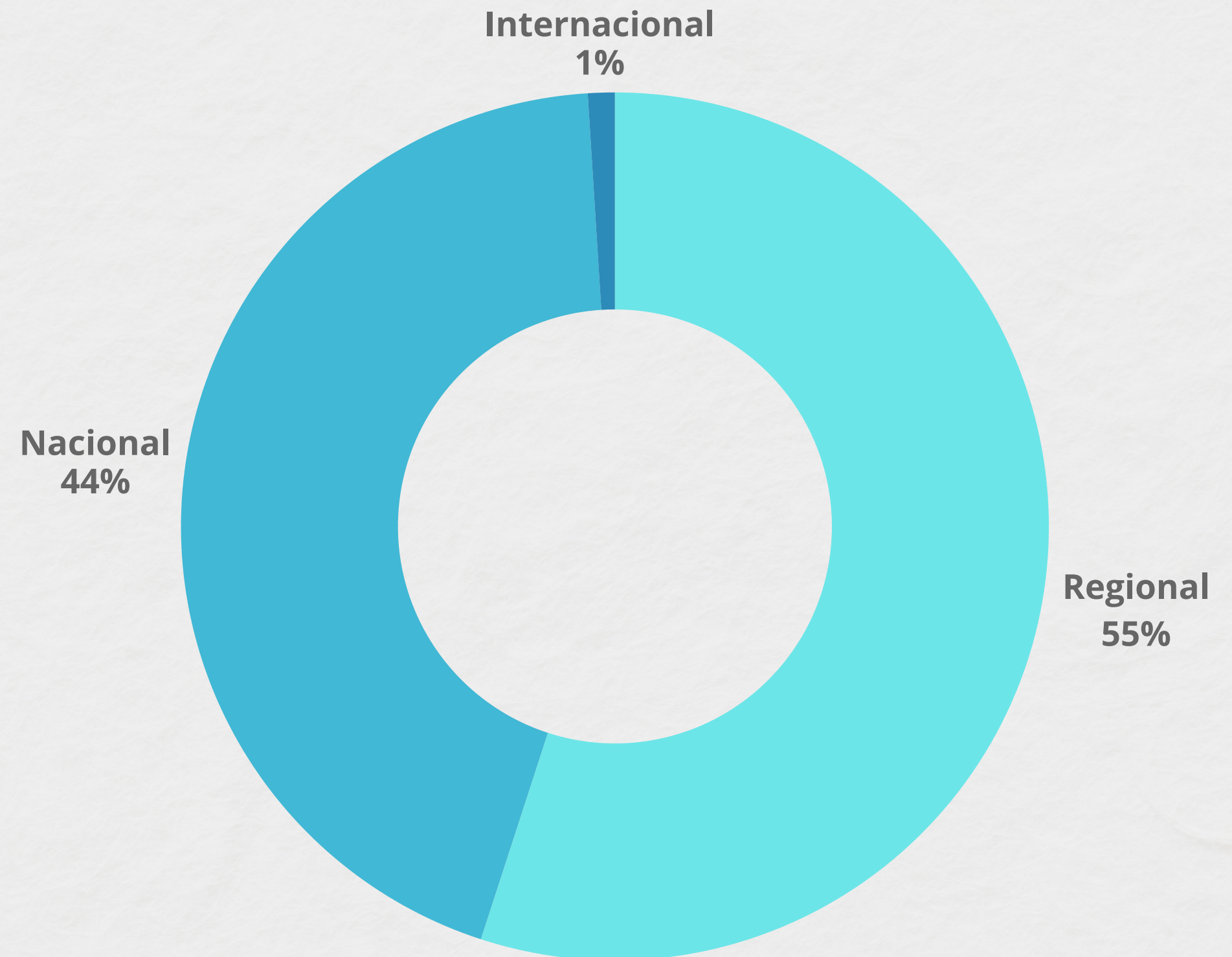
Comunicação

06

GRÁFICO I - ALCANCE

Em um ano, nossa presença na mídia **crece**u quase **70%**

Tivemos **mais de 1800 menções** e aumento do alcance em matérias regionais



Expandimos as menções em **vídeo, TV e impresso**

E nossos estudos foram referenciados em **dez editoriais** dos maiores veículos

GRÁFICO II - MEIOS

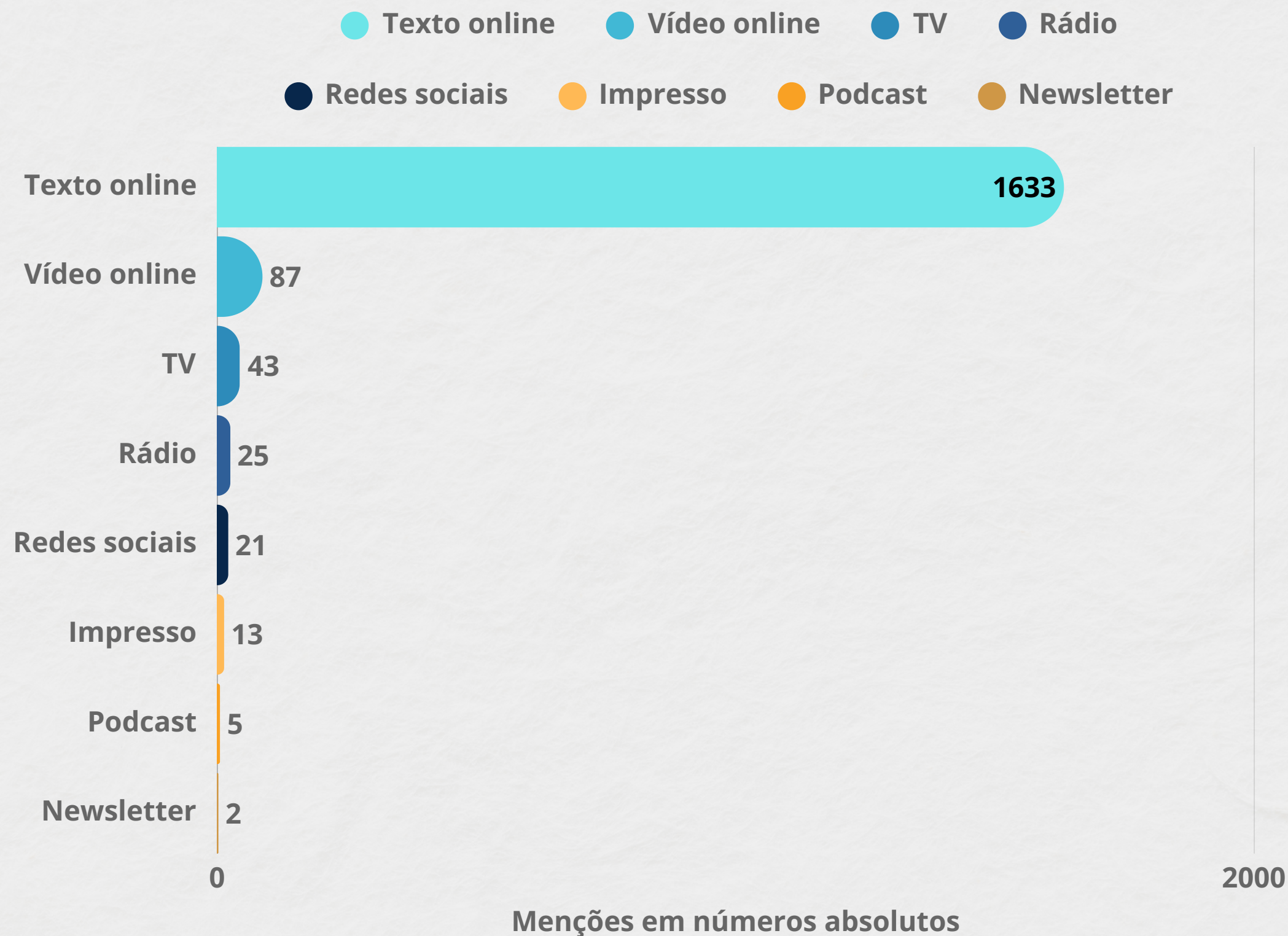
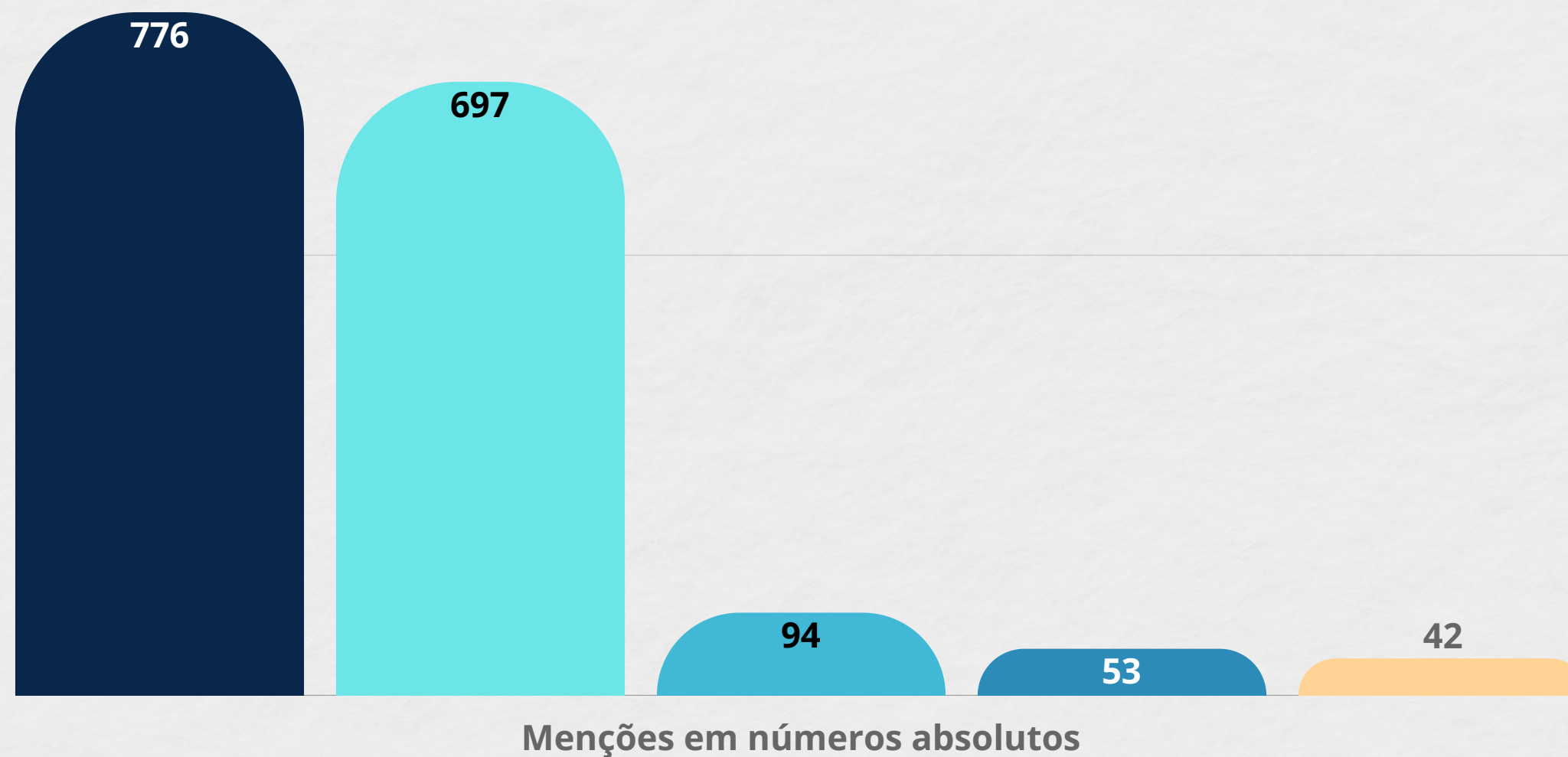


GRÁFICO III - TEMAS

- Emendas parlamentares público
- Remunerações do funcionalismo público
- Sigilo de informações
- Combate à corrupção
- Transparência pública

Seguimos como **fonte especialista** em temas que pautam o debate público



Em números:



Nosso conteúdo foi visto nas redes e **3 vezes mais** do que no ano anterior



Mais de **10 mil usuários** se juntaram à nossa comunidade em 2025, **crescimento de 140%**



Público engajado: a comunidade interagiu com nossas redes **23 mil vezes**



O site da TB recebeu **96 mil visitas** de 48 mil usuários,



Prestação de **contas**

Receitas por fonte

Instituto Betty & Jacob Lafer	R\$ 233.165,00	Movimento Pessoas a Frente	R\$ 35.000,00
Instituto ACP	R\$ 221.877,00	Tinker Foundation	R\$ 28.855,00
República.org	R\$ 189.237,00	Associados	R\$ 16.631,00
Rendimentos financeiros	R\$ 171.987,00	Reconhecimento - trabalho voluntário	R\$ 11.443,00
Galo da Manhã	R\$ 102.680,00	Abraji	R\$ 10.000,00
Open Society Foundations	R\$ 68.754,00	Doação (pessoas físicas)	R\$ 7.935,00
Open Contract Partnership	R\$ 67.525,00	Livre.jor Agência de Notícias	R\$ 750,00
Agis Construção	R\$ 50.000,00	TOTAL	R\$ 1.215.839,00

Despesas por rubrica

Pessoal	R\$ 801.899,00		
Custos diretos de projetos	R\$ 190.425,00	Despesas financeiras	R\$ 36.614,00
Despesas gerais e administrativas	R\$ 162.225,00	Despesas tributárias	R\$ 9.813,00
Trabalho voluntário	R\$ 11.443,00	TOTAL	R\$ 1.212.419,00

Superávit

RECEITAS **R\$ 1.215.839,00**

-

DESPESAS **R\$ 1.212.419,00**

R\$ 3.420,00

Caixa

31/12/2024

R\$ 1.493.795,00

31/12/2025

R\$ 1.408.078,00

A TB em 2025

Equipe Executiva

Juliana Sakai
Marina Iemini Atoji
Talita Lôbo
Cristiano Pavini
Bianca Berti
Raul Durlo
Luiz Fonseca
João Garcia
Nathália Mendes
Erika Nascimento
Beatriz Ferreira
Ramon Vellasco
Jessé Oliveira
Joellen Silva

Conselho Deliberativo

Eduardo Capobianco
Luiz Fernando Miranda
Augusto Miranda
Bianca Vaz Mondo
Bruna Santos
Francisco Brito Cruz
Guilherme Alpendre
Kavita Hamza
Manoel Galdino
Marcelo Issa
Maria Goretti Dal Bosco
Natalia Paiva
Pedro Telles
Rubens Naves

Conselho Fiscal

Felipe Meldonian
Lorena Cardoso

Associados e doadores

Associados

Arthur Braz
Augusto Miranda
Bianca Vaz Mondo
Bruna Santos
Bruna Silva
Christianne Stroppa
Daniel Aguiar Espínola
Eduardo Capobianco
Francisco Brito Cruz
Giovani Meneghel
Guilherme Alpendre
Henriette Krutman
Kavita Hamza
Lorena Rayame Cardoso da Silva
Luiz Fernando Miranda

Manoel Galdino
Marcela Barreta
Marcelo Kalil Issa
Maria Goretti Dal Bosco
Matheus Antunes Braga
Natalia Moreira
Natalia Paiva
Paula Miadaira
Pedro R Telles
Rodrigo Alvarez
Rubens Naves
Sanghee Han
Thiago Guarnieri
Walter Bittar Neto

Doadores

Fadlo Haddad
Giovani Meneghel
Milton José Zenatti
Ricardo Pilati Rodrigues

Parceiros

- Abraji
- Artigo 19
- Associação Contas Abertas
- Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
- Bianca Vaz Mondo
- Bruno Carazza
- Caroline Kronley
- Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESeC)
- Chico Gaetani
- CinCatarina - Consórcio Interfederativo Santa Catarina
- Conectas Direitos Humanos
- Conselho Nacional de Defensoras e Defensores Públicos Gerais
- Conselho Nacional de Ouvidorias de Defensorias Públicas
- Conselho Nacional de Proteção de Dados
- Controladoria-Geral da União
 - Diretoria de Governo Aberto
 - Secretaria Nacional de Transparência e Acesso a Informação
- Coordenação Regional de Apoio a Países das Américas (OGP)
- Daniel Fireman
- Data Privacy Brasil
- Defensoria Pública de São Paulo
- Electronic Frontier Foundation
- Diretoria de Planejamento Estratégico e Projetos Especiais do Governo do Pará
- Fabiano Angélico
- Fernando Moutinho Ramalho Bittencourt

- Fernando Rodrigues
- Fiquem Sabendo
- Francisco Brito Cruz
- Franklin Brasil
- Frente Parlamentar Mista de Fiscalização, Integridade e Transparência da Câmara dos Deputados
- Haydee Svab
- Inês Lafer
- Instituto ACP
- Instituto Democracia e Sustentabilidade
- Instituto Desenvolvimento Sustentável
- Instituto Não Aceito Corrupção
- Instituto República
- Julia Brandão
- Kika Sanchez

- Laboratório de Políticas Públicas e Internet (LAPIN)
- Machado Associados
- Manoel Galdino
- Marcela Coelho
- Marcelo Soares
- Marcos Andrade
- Ministério da Gestão e Inovação
 - Secretaria da Gestão e Inovação
 - Secretaria Extraordinária para a Transformação do Estado
- Ministério da Saúde
- Ministério do Meio Ambiente
- Movimento Pessoas à Frente
- Mulheres Negras Decidem
- Natalia Paiva
- Nazareno Andrade
- Ney Ribas

- Nina Valentini
- Observatório Social do Brasil
- Open Contracting Partnership
- Open Knowledge Brasil
- Ouvidoria Externa da Defensoria Pública de São Paulo
- Pacto pela Democracia
- Paula Moreira
- Paulo Campos
- Pensata
- Politize
- Ponte a Ponte
- quivirá
- Rafael Poço
- Rede Liberdade
- Rubens Naves Santos Jr
Advogados

- Secretaria de Planejamento de Minas Gerais
 - Subsecretaria de Compras
- Secretaria de Saúde de São Paulo
- Serpro - Serviço Federal de Processamento de Dados
- StudioCuboWeb
- Tati Piva
- Transparência Internacional Brasil
- Universidade Federal de Campina Grande
- Vowa Consultoria

Financiadores



12